



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE DA UFPE

João Vinícius Pereira de Souza; Orientadora: Fátima Aparecida Silva

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

viniciusdoingles@hotmail.com

Resumo: Este trabalho debruça-se sobre a política de ações afirmativas, desvelando-se em conhecer as concepções de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste, tendo por sujeitos da pesquisa, universitários do primeiro período do Curso de Pedagogia. O objetivo desta pesquisa voltou-se para compreender a concepção de estudantes do primeiro período do curso de Pedagogia sobre as cotas raciais na Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Esta pesquisa caracterizou-se por ser de natureza descritiva, haja vista que se utilizou de técnicas padronizadas para a coleta de dados, visto que foi empregado o questionário como instrumento, visando coletar as informações contidas no campo pesquisado. No que tange ao posicionamento dos sujeitos pesquisado no que concerne às ações afirmativas, revelou-se que a maioria dos estudantes participantes da pesquisa, mostrou-se favoráveis à política de cotas raciais como promotora de acesso de pessoas negras, ou que assim se identifiquem, ao ensino superior.

Palavras-chave: Ações afirmativas, Relações étnico-raciais, Ensino superior.

Abstract: This work focuses on the policy of affirmative action, unveiling on knowing the views of students of the Federal University of Pernambuco Academic Center of Agreste, with the research subjects, students of the first period of the Education Course. The objective of this research turned to understand the design students of the first Faculty of Education of the period on racial quotas at the Federal University of Pernambuco, Academic Center of the Wasteland. This research was characterized for being descriptive, given that we used standard techniques for data collection, since we used the questionnaire as a tool in order to collect the information in the researched field. Regarding the positioning of the subjects researched with respect to affirmative action, it was revealed that the majority of students participating in the research, proved favorable to the racial quota policy as promoting access of black people or so are identified, to higher education.

Keywords: Affirmative action, ethnic-racial relations, Higher Education.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Desde meados das décadas de 60 e 70, muito se tem discutido sobre a temática da discriminação racial e suas implicações na sociedade brasileira. O tema central pautava-se no fato de que a população negra, ou os sujeitos que se identificavam enquanto pertencentes a aquela, possuía menos escolaridade que pessoas brancas. Discutia-se também o modo pelo qual a baixa escolarização de sujeitos negros refletia na sua entrada e permanência no mercado de trabalho, visto que, normalmente, eles trabalhavam em subempregos e que, por isso, possuíam remunerações inferiores se comparadas aos brancos. Por fim, outro tema muito enfocado voltava-se para o fato de que pessoas da população negra pouco dispunham de meios para ascender socialmente e romper com a realidade segregacionista e excludente em que se encontravam inseridos (BASTIDE; FERNANDES, 1971).

Nesse mesmo viés Seyffert (2002) preconiza que há espaço para negros, indígenas e mestiços, classificados ao longo dos séculos, cada vez com maior sutileza, como pertencentes a raças bárbaras. Contraditoriamente, salienta a referida autora, “aspectos significativos de suas culturas têm sido incorporados como expressões da cultura popular singular necessária ao princípio da nacionalidade”. (SEYFFERT, 2002 p.36).

Quando se trata dessa temática, é de suma importância abordar a noção de relações étnico-raciais, sendo necessário primeiro entender o conceito de etnia, conhecendo qual a origem desse termo. Nesse sentido torna-se relevante a definição de que essa classificação surgiu nos regimes totalitários do século XX cujo momento se deu o ápice das discriminações e violências contra um determinado grupo, a exemplo do que sucedeu na Alemanha e em outros países europeus dominados pelo governo nazista de Adolf Hittler, o qual empreendeu uma perseguição voraz aos judeus que se encontravam nos países dominados pelo ditador. Conforme alguns autores defendem, bem como se percebe no convívio social, os termos raças e etnia não são claramente compreendidos pelas pessoas, haja vista que inúmeros equívocos ocorrem quando se trata de defini-los e de emprega-los adequadamente. Visando esclarecer esses conceitos se faz imprescindível diferencia-los, uma vez que raça se refere às características físicas de um determinado grupo, como por exemplo, a cor do cabelo e da pele, bem como aparências fenotípicas. Enquanto que etnia volta-se para fatores culturais, idioma, religião e cultura de um povo. Portanto, percebe-se que a noção de etnia é muito mais

complexa que a de raça, já que se refere a inúmeros fatores que o primeiro termo em si não aborda.

Devido à lógica excludente do sistema capitalista é que a elite recebe um processo educacional diferenciado das classes sociais menos favorecidas economicamente, prova disso, é que esse processo se reflete nas relações étnico-raciais, visto que normalmente as pessoas pertencentes à burguesia são de etnia branca, sendo que por raras exceções encontram-se sujeitos indígenas ou negros formadores da classe dominante.

A fim de reforçar o que foi mencionado acima, utiliza-se das pesquisas realizadas por PIZA (2000, citado por BENTO, 2002, p.49) e de Tatum (2003, p. 93-95) para apontar que mesmo sendo realizadas em lugares diferentes, ainda assim as pesquisas demonstram que os sujeitos de etnia branca não se sentem pertencentes a um grupo e pouco se preocupam com sua identidade racial, já que não enfrentam problemas devido a sua etnia em nossa sociedade, visto que o fato de ser branco é bem aceito, valorizado, sendo, portanto, desnecessário para esses sujeitos lutarem por espaço, por visibilidade social, uma vez que já desfrutam disso, ao contrário do que sucede para com a população negra, a qual ainda trava embates para que lhe seja garantida o que lhe é direito, porém que, todavia lhes é negado. D'Adesky (2001) defende que:

[...] a aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de autoestima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma negação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advêm a discriminação e a segregação (D'ADESKY, 2001, p.167).

As ações afirmativas são políticas públicas compensatórias, visando romper, ou melhor, diminuir a segregação, as discriminações sofridas pela população negra, de modo a possibilitar condições mais igualitárias para o acesso ao ensino superior, bem como tem por objetivo também propiciar maiores ofertas de empregos para os afrodescendentes, já que o desemprego entre os sujeitos negros é ainda maior se comparados às pessoas de etnia branca. Bastide e Fernandes (1971) afirmam: “Ora enquanto persistir esse padrão de equilíbrio persistirá a desigualdade racial, pois a ascensão do “negro” e do “mulato” se dará dentro de um processo de acumulação de vantagens que privilegia o branco” (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 29). Conforme mencionado acima se percebe que a população negra se encontra inserida em um espaço que constantemente atua contra eles, haja vista que a

lógica excludente do sistema, privilegia os brancos enquanto desprivilegia e desfavorece os afrodescendentes de inúmeras formas, que vão desde o baixo nível de escolarização até os elevados índices de violência e desemprego pelas quais são vítimas os afro-brasileiros.

Segundo Contins e Sant'Ana (1996) “a ação afirmativa teria como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam a vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho” (CONTINS; SANT'ANA, 1996, p. 210).

Nesse sentido, torna-se perceptível que as ações afirmativas são políticas públicas compensatórias, visando romper, ou melhor, diminuir a segregação, as discriminações sofridas pela população negra, de modo a possibilitar condições mais igualitárias para o acesso ao ensino superior, bem como tem por objetivo também propiciar maiores ofertas de empregos para os afrodescendentes, já que o desemprego entre os sujeitos negros é ainda maior se comparados às pessoas de etnia branca.

Uma contribuição relevante para entendermos outros enfoques dessa política, se dá quando Bergmann (1996) defende que existiriam três ideias por trás da ação afirmativa. As duas primeiras seriam a necessidade de combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços na sociedade, e de reduzir a desigualdade que atinge certos grupos, como aquela marcada pela raça ou gênero. Uma terceira proposta envolveria a busca da integração dos diferentes grupos sociais existentes por meio da formação cultural que formariam (BERGMANN, 1996).

As ações afirmativas são políticas públicas compensatórias, visando romper, ou melhor, diminuir a segregação, as discriminações sofridas pela população negra, de modo a possibilitar condições mais igualitárias para o acesso ao ensino superior, bem como tem por objetivo também propiciar maiores ofertas de empregos para os afrodescendentes, já que o desemprego entre os sujeitos negros é ainda maior se comparados às pessoas de etnia branca.

Ao focar o ensino superior, nota-se que a universidade apesar de ser um espaço de formação do pensamento crítico e de reflexão, ainda assim, ela continua a ser indiferente quanto a temáticas de suma importância que amplamente tem se discutido na sociedade, a exemplo do racismo, o qual se faz, por vezes, ausente das discussões e dos questionamentos travados pela academia. Isso se deve ao fato de que ainda hoje, esse espaço formador do

conhecimento, continuar a ser voltado, geralmente, para atender a elite branca do nosso país, sendo por isso, presente a discriminação e a omissão da abordagem de temas que se referem à população negra e indígena, que seguem sendo preteridas dentro de um lugar que deveria contribuir para a eliminação do racismo e da segregação dentro da sociedade.

No que tange a universidade, Pinto (1986) ressalta que “Não sendo do povo, nem feita para o povo, nada tem a ver com aquilo que define a excelência o povo – trabalho social útil. Não estando ligadas as massas trabalhadoras, estas não tomam conhecimento dela” (PINTO, 1986, p. 27).

Nesse sentido, evidencia-se o viés elitista da universidade, a qual desde sua formação foi pensada para as classes dominantes e que atualmente, embora tenha passado por algumas mudanças, esse espaço de formação do conhecimento, continua a ser pensado para as elites, relegando desse modo, as classes trabalhadoras que não se encaixam dentro da ínfima parcela da população que pertence ao grupo economicamente mais favorecido do nosso país. Continuando o que foi dito anteriormente, Carvalho (2002) afirma que:

Generalizando uma tendência e salvando umas poucas exceções, acredito que a academia tem uma responsabilidade direta na reprodução do imobilismo diante do racismo universitário, pelo fato de que muitos dos discursos que negam o racismo e que produziram a ideologia do convívio inter-racial harmônico no Brasil foram produzidos por acadêmicos, no interior das instituições acadêmicas (em aulas, conferências, encontros das comunidades científicas, etc.). Ou seja, afirmar que a academia não tem sido ativa, ou que tenha se omitido a opinar sobre a discriminação racial é contar a história pela metade: pelo contrário, ela tem contribuído para a reprodução da exclusão racial no Brasil, simplesmente por desestimular a disseminação dos argumentos antirracistas, seja por impedi-los de vir a público, seja para combatê-los uma vez colocados na arena institucional (CARVALHO, 2002, p. 91).

Conforme mencionado acima, evidencia-se que a academia ao invés de combater o racismo dentro do seu espaço, tem servido para perpetuá-lo, uma vez que se omite de discutir essa temática, gerando desse modo um imobilismo quanto a esse assunto, de forma que essas questões passam despercebidas dentro da universidade e, portanto, tratada como sendo irrelevante. A universidade segue perpassando o modelo excludente e racista da nossa sociedade, haja vista que a academia tem reproduzido essas discriminações a partir do momento em que essa não discute um tema de extrema relevância social quanto esse. Carvalho (2002) afirma:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Apesar de a universidade pública brasileira ser um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, se a observarmos a partir da perspectiva da justiça racial, impressiona a indiferença, a insensibilidade e o desconhecimento da classe universitária a respeito da exclusão racial com que, desde sua origem, convive. Desde a formação das universidades brasileiras no século dezenove, não houve jamais um projeto, nenhum plano que discutisse quem faria parte das elites que se diplomariam nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia existente naquela época. Quando no início dos anos 30, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (mais tarde Universidade do Brasil), a questão racial não foi discutida e confirmou-se, pela ausência de questionamento, de que estaria destinada a educar a mesma elite branca que criou, contribuindo assim para a sua reprodução enquanto grupo (CARVALHO, 2002, p. 81).

Esse problema toma como pressuposto que nas universidades públicas, mesmo sendo direito de pessoas negras ou que assim se identifiquem, que as ações afirmativas não são conhecidas, tampouco se conhece o seu processo de implementação na Universidade Federal de Pernambuco, permanecendo, portanto de certa forma, essa temática como sendo um tabu, mesmo para os sujeitos que dela podem ser beneficiados.

A importância dessa pesquisa se dá no sentido de conhecer o modo pelo qual os universitários do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste, veem essa política pública, buscando compreender a concepção desses graduandos em relação a essa temática, bem como entender seus posicionamentos e as razões para que os mesmos existam.

Este trabalho apresenta os seguintes objetivos: compreender a concepção de estudantes do primeiro período do curso de Pedagogia sobre as cotas raciais na Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste, conhecer a política de cotas raciais como direito no discurso deles e analisar as suas concepções sobre as políticas de ação afirmativa especificamente as cotas raciais.

Esta pesquisa apresenta o seguinte problema de pesquisa: qual a concepção de estudantes do curso de Pedagogia sobre a política de cotas raciais na Universidade Federal de Pernambuco no Campus Acadêmico do Agreste?

METODOLOGIA

Para a obtenção dos dados foi utilizado um questionário, o qual conforme já referido anteriormente, foi realizado com estudantes do primeiro período do curso de Pedagogia da

Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, que se situa no município de Caruaru.

O questionário foi aplicado em uma turma de quarenta e dois graduandos, sendo que desse total, vinte e cinco participaram da pesquisa. O fato de não se trabalhar com todos os educandos dessa sala, se deu em virtude de que alguns não se propuseram a responder ao questionário.

O questionário se estruturou em questões abertas e fechadas, sendo que das seis questões existentes, três dessas permitiam que os estudantes discorressem em suas respostas, já que havia a possibilidade de apresentarem através da escrita suas concepções no que tange a essa temática.

A escolha pelo questionário ocorreu devido ao fato de este haver permitido a obtenção dos dados de modo mais fidedigno, visto que os sujeitos responderam no próprio lócus da pesquisa, não podendo alterar suas respostas ou deixarem outros responderem as perguntas que lhes foram feitas.

Visando responder ao problema desta pesquisa, inferimos que a análise de dados se constitui como sendo de extrema relevância, se tornando, portanto, indispensável, sendo que para isso foi de suma importância à utilização de procedimentos adequados. Por esse viés, utilizou-se do desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, a qual conforme Oliveira (2007) define-se por:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do projeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observação, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Tendo por objetivo a compreensão das concepções existentes acerca das cotas de ações afirmativas, no contexto do Campus Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco, utilizamos de métodos de coletas de dados específicos que nos permitiu conhecer a realidade presente na instituição pesquisada, no intuito de aproximar-nos das evidências que nos fez comprovar ou refutar a hipótese levantada *a priori*.

Segundo Vergara (2009), há dois critérios básicos para a classificação de uma pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios. O primeiro se refere ao que é proposto na

pesquisa para atender o seu objetivo e o segundo critério se refere ao modo que será feita a investigação da pesquisa.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, já que empregou de técnicas padronizadas de coleta de dados, tal qual o questionário, que serviu para obtenção dos dados no campo pesquisado (GIL, 2002). Visando conhecer mais nitidamente a temática pesquisada, concordar-se-á com a perspectiva desse autor, o qual aborda e classifica uma pesquisa de natureza descritiva como sendo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de variáveis.

Já no que tange aos meios, esse trabalho aproxima-se do método hipotético-dedutivo, posto que, inicia-se com um problema ou lacuna, bem como elabora hipóteses, utilizando-se para tanto de processos de inferência dedutiva, a fim de comprovar ou não, as hipóteses apontadas inicialmente. (GIL, 2008).

BREVES RESULTADOS

Conforme as respostas fornecidas pelos pesquisados no questionário, constata-se que as concepções desses sujeitos assemelham-se quando se trata da política de cotas de ação afirmativa, já que a maior parte das pessoas que responderam ao questionário escolheu, dentre as opções, aquela que afirmava que: o sistema de cotas é uma estratégia de correção das desigualdades raciais e sociais existentes no ensino superior e na sociedade. Outra alternativa escolhida pelos pesquisados, onde se percebe uma uniformidade na escolha da questão é quando se trata que o ingresso de pessoas pelo sistema de cotas é positivo para o sistema educacional brasileiro.

Relacionando-se a cor da pele dos sujeitos pesquisados ao seu posicionamento em torno das cotas de ação afirmativa, observa-se que, os graduandos, os quais se consideravam brancos, mostraram-se divididos em suas perspectivas no tocante a temática das cotas raciais, haja vista que do total de dez pessoas brancas que participaram da pesquisa, cinco delas se colocaram favoravelmente a política pública de reserva de vagas para vestibulandos negros ou que desse modo se identifiquem. Embora houve quatro educandos que se apresentaram contrários as cotas de ação afirmativa e somente um, se colocou como neutro, posto que não possuíam opinião formada nesse tema.

Já para os universitários que se consideram pardos, as concepções concernentes às ações afirmativas variam consideravelmente se comparadas às assertivas oferecidas pelas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pessoas brancas, pois, dentre o total de dez estudantes que participaram desse questionário, nove deles, ou seja, 90% se posicionaram favoravelmente as cotas raciais, sendo que somente um deles, quer dizer, 10% se colocaram em neutralidade em torno dessa política, porque não tinha opinião formada. Percebe-se, portanto, que pessoas pardas, julgam serem positivas as ações afirmativas, uma vez que se posicionam em sua quase totalidade, de modo favorável às cotas raciais. Isso demonstra uma grande diferença de perspectiva em torno dessa temática dos sujeitos pardos se comparados aos brancos, visto que esses demonstraram estar divididos em relação às ações afirmativas, já que a quantidade dos que se colocaram a favor foi muito semelhante (próxima) daqueles que se posicionaram contrários a essa política pública.

Conforme revelado na pesquisa, revela-se que mais da metade (52%) dos estudantes consideram-se brancos, enquanto que sujeitos que julgam serem pardos totalizam onze estudantes, o equivalente a quarenta e quatro por cento (44%) do total de pesquisados, sendo desse modo, o segundo grupo de maior expressão quantitativa no que corresponde a cor da pele dos universitários que participaram da pesquisa. Diferentemente dos brancos e pardos, referidos acima, os negros, indígenas e amarelos equivalem a uma parcela ínfima (ao todo 4%). Sendo que não houve estudantes que se consideraram negros e indígenas, ficando, portanto, esses grupos sem representação ou sem auto identificação por parte dos universitários pesquisados.

CONCLUSÃO

As ações afirmativas ainda provocam muitas discussões quanto à sua eficácia e ao seu próprio funcionamento, uma vez que segundo o que foi mostrado neste trabalho, há uma grande resistência a essa política, posto que muito dos vestibulandos e os universitários não são favoráveis a esse sistema.

A resistência a essa política se dá, geralmente, pelo fato de os vestibulandos e universitários compreenderem-na como um facilitador para pessoas negras, fazendo com que essas tenham um auxílio, quase que privilégio para adentrarem em uma instituição pública federal de ensino superior. Bem como outros sujeitos são contrários a essa política, pelo fato de que a entendem como um empecilho para o seu acesso à universidade, visto que a reserva de vagas para a população negra, faz com que os outros estudantes disputem desigualmente a entrada para o espaço acadêmico.

Finalmente, percebe-se a relevância desse tema e de pesquisas nessas áreas para a sociedade brasileira, posto que o Brasil se encontra como o segundo país com a maior quantidade de pessoas pertencentes a população negra, sendo superado somente pela Nigéria, conforme o último censo, realizado no ano de 2010 demonstrou. Isso aponta para o fato de quando se trabalha, discute, compreende-se temática como esta, se está na realidade retratando a perspectivas dos sujeitos pesquisados no que diz respeito a um grupo majoritário da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Anhembi, 1971.
- BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.
- CARVALHO, J. J. **Exclusão racial na universidade brasileira**: um caso de ação negativa. In: Queiroz, Dalcelene Mascarenhas (Org.). **O negro na universidade**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002, p. 79-99.
- CONTINS, M.; Sant'Ana, L. C. **O Movimento negro e a questão da ação afirmativa**. *Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, v. 4, 1996, p. 209-220.
- D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PINTO A. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.
- SEYFFERTH, G. **O beneplácito da desigualdade**: breve digressão sobre racismo. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002, p. 17-44.
- TATUM, B. D. **"Why are all Black Kids together in the Cafeteria?" and another conversations about race**. New York: Basic Books, 2003.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.